



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2014. (Do Sr. Domingos Sávio)

Solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, informações acerca das denúncias de irregularidades nas aplicações do Fundo Postalis – Instituto de Seguridade Social dos Correios.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, informações acerca das denúncias de irregularidades nas aplicações do Fundo Postalis – Instituto de Seguridade Social dos Correios.

1. Qual distribuidora de títulos e valores mobiliários fez o assessoramento e/ou corretagem na compra de papéis no mercado acionário? Qual foi o critério para ser ela a escolhida?

2. Como estão dispostos os investimentos em títulos do governo quanto a vencimento e tipologia?

3. Apresentar cópia das atas das reuniões do Conselho Fiscal do Postalis dos últimos vinte e quatro meses meses;

4. Quantos autos de infração foram aplicados a gestores e ex gestores da Postalis entre 2011 a 2014? Indicar o fato gerador e a situação atual em que se encontram os referidos autos.

5. Apontar que falhas na análise do impacto de risco dos ativos que provocou o déficit no fundo de pensão dos correios.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

6. Quais providências foram adotadas para preservar e recuperar o patrimônio do fundo evitando novos prejuízos?

7. Discriminar qual a participação nas empresas do Grupo EBX indicando a evolução trimestral do valor e da quantidade de ações nos 12 últimos trimestres.

8. Quais são os argumentos do gestor para ter mantido grandes investimentos em empresas do grupo EBX, apesar da enorme queda do valor de suas ações durante o ano de 2013 e dos frequentes rebaixamentos de nota realizados por importantes agências internacionais de classificação de risco, como a Standard & Poor's e a Moody's?

9. O investimento em ações com grande variação de preço, e, consequentemente, alto risco, está em linha com o perfil do Instituto Postalis?

10. O Instituto Postalis tinha conhecimento do perfil agressivo de investimento do gestor? Como era realizado o controle sobre o mesmo?

11. Em 1995, a SPC - Secretaria de Previdência Complementar decretou a intervenção no Postalis com indicativo de Liquidação Extrajudicial. O interventor verificou que no período de 10 anos a ECT contribuiu com a metade do valor que estava previsto contribuir para o Plano de Benefícios e o interventor concluiu que para evitar a liquidação extrajudicial e equilibrar o plano a ECT aumentaria a contribuição de 3,7% para 9,0% do valor da Folha. Como não foi estabelecido o prazo para equilíbrio financeiro do plano naquela época, apresentamos os seguintes questionamentos:

a) Atualmente a dívida da ECT está paga? Qual o prazo de pagamento da divida? Houve algum saldo desta divida que foi incluído no Déficit apurado em Março/2008 quando o Postalis fez a quitação do Plano BD?

b) O Postalis saldou o Plano BD em Março/2008 aplicando as regras do Estatuto e Regulamento vigente em Março/2008 para calcular o valor da aposentadoria de todos os Participantes, quando deveria ser aplicado nos Fundos de Pensão as Regras da época em que o Participante fez a adesão ao Plano de Benefícios, Inclusive há diversas ações na justiça. O que a Diretoria do Postalis



CÂMARA DOS DEPUTADOS

esta fazendo para corrigir o valor calculado da aposentadoria no momento do Saldamento que esta prejudicando milhares de Participantes?

12. Comparando-se a rentabilidade dos planos do Postalis com a rentabilidade média dos Fundos de Pensão (dados da ABRAPP) em 2012, verifica-se que houve má gestão dos investimentos com indícios de prejuízos para os Participantes quando a Diretoria do Postalis decidiu fazer investimentos duvidosos e de elevado risco, conforme denuncias publicadas na mídia e irregularidades constatadas em Autos de Infração lavrados pela PREVIC, além do fato alarmante de que em apenas 02 anos a Diretoria do Postalis gerou um déficit de quase R\$ 1,0 Bilhão provocando contribuição extra dos Participantes por tempo indeterminado com forte indícios de aumento desta contribuição extra com os resultados do Balanço do Postalis em 2013, apresentamos os seguintes questionamentos:

- a) Por que a Diretoria Atual do Postalis não ingressou com Ação Regressiva?
- b) Por que o Postalis assinou um contrato com o Gestor Terceirizado BNY Mellon que transfere todos os poderes para o BNY Mellon decidir os investimentos, sem qualquer participação da Diretoria do Postalis?
- c) Tendo em vista que a Equipe interna de empregados do Postalis conseguiu em 2012 rentabilidades superiores a media de mercado na carteira de investimentos administrada por esta equipe, por que o Postalis centralizou R\$ 3,0 Bilhões (aprox. 42% dos recursos garantidores) no Gestor Terceirizado BNY Mellon?

13 Tendo em vista a liquidação do Banco BVA pelo Banco Central, Qual o real prejuízo do Postalis nos investimentos feitos no Banco BVA?

14. Tendo em vista o pagamento de comissões acima do valor de mercado a Máxima DTVM que esta sendo investigado pela CVM, Qual a situação



CÂMARA DOS DEPUTADOS

desta investigação? Qual indicado na investigação como pago a maior por estas comissões?

15. Existem rumores no mercado de que o Governo da Venezuela está dando calote nos investidores. Por que o Postalis trocou os Títulos do Governo Brasileiro pelos Títulos do Governo da Venezuela? Existe alguma possibilidade mínima destes títulos serem mais rentáveis? Em quais circunstâncias?

16. A Diretoria decidiu vender todos os imóveis do Postalis que apresentavam perspectivas de valorização futura aumentando o patrimônio, pois eram imóveis localizados em áreas nobres do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília que estão recebendo grandes investimentos dos Governos Federal e Regional. Por que o Postalis decidiu comprar terreno e construir um Centro Operacional em São Paulo para triagem de correspondências exclusivamente para atender pedido da Direção da ECT com perspectivas de pequena valorização e baixa rentabilidade quando o Postalis vendeu um Centro Operacional de Correspondências no mercado? Qual a política de investimentos em imóveis do Postalis?

17. Tendo em vista a estratégia de extinção da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro mantendo apenas uma Bolsa de Valores em São Paulo, Por que o Postalis decidiu investir na criação de uma nova bolsa de valores no Brasil? Qual o perfil, a data e o valor aplicado neste investimento?

18. Como o Postalis com um Patrimônio infinitamente inferior a PREVI do Banco do Brasil explica o investimento de R\$ 127,5 Milhões nas Ações da MPX e CCX do Grupo do Eike Batista, enquanto a PREVI investiu apenas R\$ 300.000,00?

19. O Mercado já sabia da tendência de falência da Universidade Gama Filho e o Postalis investiu R\$ 76,2 Milhões em Debentures do Curso de Medicina da Gama Filho e como o MEC reduziu o numero de alunos deste curso e o Postalis comprou Debentures recebíveis de um numero maior de alunos, Qual o prejuízo previsto neste investimento?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

20. A SEC dos Estados Unidos esta investigando o pagamento de comissões elevadas a corretores da Atlântica Administração de Recursos feito pelo Postalis, Qual a posição atual desta investigação?

21. Tendo em vista a liquidação do Banco Santos, qual o prejuízo real do Postalis?

22. Tendo em vista que parte do déficit do Postalis em 2012 refere-se aos investimentos em ações da João Fortes e Refinaria de Manguinhos no Rio de Janeiro cujo terreno foi desapropriado pelo Governo do Estado, qual a data de inicio deste investimento, o valor total aplicado na compra dessas ações, o valor de cada ação em Dezembro/2012 e o valor atual?

23. Nas decisões relativas a investimentos da Postalis há ou houve alguma interferência política externa, do próprio Correios ou de alguma outra autoridade? Ou trata-se de decisões de responsabilidade exclusiva da diretoria do Postalis?

JUSTIFICAÇÃO

A promessa de bem-estar social e de uma aposentadoria tranquila é o sonho de todo trabalhador. Os funcionários dos Correios estão passando por um momento de insegurança e intranquilidade, isso porque o fundo Postalis, responsável pela administração do investimento dos funcionários, tem apresentado déficits bilionários.

Em 5 de julho de 2013, o jornal **Folha de S. Paulo** publicou denúncia com o seguinte teor:

05/07/2013-03h00

Aplicação em grupo de Eike traz perda a fundo de pensão dos Correios
PUBLICIDADE
RAQUEL LANDIM



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
DE SÃO PAULO**

A derrocada das empresas de Eike Batista é um dos motivos que colaboraram para um deficit milionário do fundo de pensão dos funcionários dos Correios.

OGX já sabia de inviabilidade de campos há seis meses

Nos últimos dois anos, o fundo Postalis teve deficit de R\$ 985 milhões. O rombo será dividido entre os Correios e os participantes do fundo.

Desde abril, estão sendo descontados dos salários dos funcionários dos Correios o equivalente a 3,94% do valor do benefício que terão direito quando se aposentarem.

O Postalis é o 14º maior fundo de pensão do Brasil, com patrimônio de R\$ 7,68 bilhões, e é o terceiro em número de participantes, com 130 mil pessoas.

Do deficit total, R\$ 287 milhões são de origem técnica, como o aumento na expectativa de vida das pessoas, que passam a receber benefícios por mais tempo. O restante é financeiro.

Em gravação obtida pela Folha, Wanderley José de Freitas, presidente da Globalprev (consultoria contratada pelo Postalis), diz a um grupo de funcionários que o deficit "decorre da significativa redução dos juros e da diversificação que ocorreu na Bolsa, concentrada especialmente em ações das empresas de Eike Batista".

Os fundos de pensão estão sendo prejudicados pela queda dos juros, que tornou mais difícil cumprir as metas de rentabilidade e forçou a diversificação dos investimentos. O Postalis teve rentabilidade de 7% em 2012, abaixo da meta (12,6%) e abaixo dos 15% da média do setor.

**Editoria de Arte/Folhapress
(...)**

Também presente ao encontro, o presidente do Postalis, Antônio Carlos Conquista, foi questionado por um



CÂMARA DOS DEPUTADOS

participante sobre o porquê de "colocar todos os ovos em uma cesta só", referindo-se às empresas X.

Conquista respondeu que as ações do grupo EBX subiram muito em 2010 e 2011. "As escolhas do passado eram as melhores. Não tenho dúvidas de que vocês fariam o mesmo", afirmou.

Ele disse acreditar na recuperação das empresas por causa da possibilidade de entrada de sócios estrangeiros ou até de uma ajuda do BNDES. "Seguramente vão subir de novo, porque está vindo uma série de ajustes. Está sendo vendida para grupo estrangeiro, entra BNDES no meio", disse.

Essa reunião aconteceu no início do ano e estavam presentes cerca de cem pessoas. Na época, os executivos do Postalis foram até as regionais dos Correios explicar os motivos do deficit.

Procurado durante dois dias, o Postalis não esclareceu o quanto dos R\$ 698 milhões de rombo foram provocados pela queda dos juros e quanto foram causados pelos investimentos no grupo EBX. Essa informação não está disponível em seu balanço na internet. A Globalprev não retornou as ligações.

O fundo informou que investe 7,98% do patrimônio em ações -o equivalente a R\$ 613 milhões. E que as empresas X representam hoje 1,66% do total -ou R\$ 127,5 milhões. A termelétrica MPX é a maior aposta (1,33%).

Ou seja, 20,8% dos investimentos em ações estão nas empresas de Eike. Esse porcentual pode ter sido mais alto, dada a queda das empresas X na Bolsa.

O Postalis diz que começou a investir no grupo EBX em setembro de 2011, mas não revelou quanto aplicou. Desse período até agora, a ação da MPX, a melhor empresa do grupo, caiu 27%, para R\$ 7,11.

Os funcionários estão preocupados com o deficit do Postalis. "O fundo é o nosso futuro e não concordamos que seja investido em sonhos, como as empresas do Eike Batista", disse Luiz Alberto Menezes Barreto, presidente da Associação dos Profissionais dos Correios (Adcap).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Adcap enviou carta ao ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, presidente do conselho de administração dos Correios, pedindo que "atue com urgência para corrigir os rumos" do Postalis.

Em nota, o ministério disse que "tomou conhecimento do assunto por meio de auditoria realizada pelos Correios" e determinou "o encaminhamento de informações" para "orientação sobre possíveis providências".

Não há dados públicos sobre a performance dos investimentos do Postalis em 2013. O fundo informou que mantém ações do grupo EBX, porque "são investimentos de longo prazo".

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/07/1306520-investimento-em-eike-traz-perda-a-fundo-dos-correios.shtml>

Conforme reportagem é possível depreender que a crise no império de Eike Batista afetou o resultado financeiro do fundo de pensão dos funcionários dos Correios, o **“Postalis”**. A empresa é portadora de um patrimônio de R\$ 7,68 bilhões e um déficit de R\$ 985 milhões em conta nos últimos dois anos, por conta basicamente de dois fatores: a elevação da expectativa de vida de associados e a queda dos juros. O fundo concentrou cerca de 20% de suas aplicações em Bolsa em papéis das empresas do grupo EBX. O Postalis aplica 7,98% do seu patrimônio em ações, o equivalente a R\$ 613 milhões. E as empresas de Eike respondem por R\$ 127,5 milhões.

Cumpre salientar que a administradora Postalis é um dos maiores fundos de pensões do País. Em nota a empresa se manifestou afirmando que a decisão de investir no grupo EBX foi de um gestor terceirizado, e não da direção do fundo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Não bastasse às denúncias publicadas em 2013, esse ano a Postalis ganhou as páginas dos principais jornais de grande circulação do país. Segundo o jornal *O Globo*, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), apura a existência de fraudes cometidas por antigos executivos da entidade. As denúncias relatam prejuízos decorrentes de movimentações financeiras suspeitas. Consta da publicação:

[CVM apura fraude em fundo de pensão dos Correios](#)

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu investigação para apurar uma série de operações fraudulentas no mercado financeiro que atinge o fundo de pensão Postalis, dos funcionários dos Correios, o terceiro maior do país com cerca de 130 mil participantes. O GLOBO identificou uma delas: um aporte de R\$ 40 milhões, de 19 de dezembro de 2012, no Banco BNY Mellon por meio da gestora DTW Investimento LTDA, que teria sido direcionado pelo ex-diretor da fundação Ricardo Oliveira Azevedo após influência do doleiro Alberto Youssef, e dos donos da Tino Real Participação, Maria Thereza Barcelos da Costa e Eric Davi Bello, alvos da Operação Lava-Jato da Polícia Federal. O Postalis confirmou o aporte, cujo principal resultado foi uma rentabilidade aquém da esperada para o fundo irrigado com dinheiro público. Um ex-dirigente do Postalis relata que Maria Thereza foi apresentada ao sócio-majoritário da DTW, Paulo Roberto Caneca, por Youssef, quando a empresa ainda não se chamava DTW e tinha apenas dois meses no mercado. À época, as negociações com Azevedo iniciaram. Eles então teriam acertado que uma pessoa da confiança de Azevedo, Bruno Rodrigues Leal, entraria como laranja na sociedade da empresa de Caneca. Segundo profissionais do mercado, Caneca é conhecido como doleiro. Ele nega. Ao GLOBO, o dono da DTW admitiu ter se encontrado com Azevedo "meia dúzia de vezes", mas disse que jamais se envolveu com Youssef e o casal Maria Thereza e Bello.

A influência de Youssef no Postalis é antiga. Na CPI dos Correios, em 2005, o doleiro já aparecia como responsável por indicações feitas ao PMDB para a presidência do fundo, quando o partido assumiu o Ministério das Comunicações.

Azevedo foi afastado do cargo de diretor financeiro do Postalis em outubro do ano passado após a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) constatar irregularidades em investimentos que provocaram prejuízos calculados em quase R\$ 1 bilhão. As investigações apuraram a prática de fraudes, com a organização aplicando recursos da entidade previdenciária em fundos controlados pelos próprios sócios da DTW. A identificação de Bruno Rodrigues Leal como homem de Azevedo na M. Asset pela Previc fez com que ele deixasse a sociedade, dando lugar ao irmão Caio Rodrigues Leal, este com 30% de participação na empresa, agora com o novo nome de DTW após cinco alterações



CÂMARA DOS DEPUTADOS

contratuais. A Previc e o BNY Mellon não quiseram comentar o caso.

Fundo está sem gestor

Irregularidades na DTW também estão sendo apuradas pela CVM. A primeira delas é que Caneca teria omitido para a comissão ter sido investigado pela Polícia Federal por suspeita de lavagem de dinheiro em ação penal no Ministério Pùblico Federal do Paraná, que apurou evasão de divisas do Brasil para paraísos fiscais na CPI do Banestado. A outra é que o fundo DTW está sem o gestor responsável há mais de dois meses, o que contraria as normas da CVM, que não foi avisada da saída de Cristiano Maroja nem pela DTW e tampouco pelo Mellon, administrador da gestora de fundo.

Também é analisado o fato de o sócio da DTW, Caio Rodrigues Leal, ter sido o estruturador da empresa Dogma Empreendimentos Imobiliários S.A., por meio de sua outra empresa, a Prime Consultoria e Gestão Financeira. Do aporte de R\$ 40 milhões do Postalis no BNY Mellon, Leal utilizou R\$ 10 milhões na compra de 25% de uma Cédula de Crédito Imobiliária (CCI) da Dogma. Portanto, ele estava nas duas pontas da operação, o que no mercado financeiro é chamado de “Zé com Zé”, prática proibida pelas normas da CVM. O que chama atenção é que a Dogma deu como garantia um terreno comprado para a construção de um condomínio no centro de Curitiba — e que ainda não saiu do chão — um dia depois do aporte da Postalis. A estruturação de um projeto CCI se dá quando uma empresa é contratada para intermediar a operação junto a entidades de fiscalização. O preço médio pago pelo serviço de estruturação está em R\$ 200 mil.

O ex-gestor Cristiano Maroja contou que se desligou da empresa por “não se identificar com visões de negócio” dela. Ele detinha 5% das cotas na sociedade. Caio Leal diz que entrou na gestora DTW depois de estruturar a CCI da Dogma. Procurada, a CVM disse que “acompanha e analisa as movimentações e tomará as medidas cabíveis quando necessário, e que pode aplicar as punições aos infratores das regras em vigor no mercado de capitais”. Mas segundo a reportagem apurou, a comissão não descarta atuação em conjunto entre o BNY Mellon e a DTW na troca de informações para direcionar a aplicação do aporte antes mesmo de a operação ser solicitada pelo Postalis. Se confirmadas as irregularidades, BNY e DTW poderiam ser enquadrados por responsabilidade solidária.

Postalis perdeu dinheiro nas aplicações

Um ano e quatro meses depois do aporte de R\$ 40 milhões na DTW, as duas aplicações do Postalis no Banco BNY Mellon — uma de R\$ 30 milhões em renda fixa e outra de R\$ 10 milhões em ações — rendem hoje ao fundo de pensão valores muito aquém do que se a fundação tivesse aplicado em investimentos considerados mais conservadores, como poupança ou Notas do Tesouro Nacional (NTN). Especialistas do mercado financeiro consultados pelo GLOBO disseram que se o Postalis apostasse em NTN, por



CÂMARA DOS DEPUTADOS

exemplo, teria tido um rendimento durante esse período de 17,5%, o que deixaria o valor aplicado em renda fixa no patamar de R\$ 35,25 milhões, enquanto o montante aplicado em ações estaria hoje na casa dos R\$ 11,75 milhões. O cálculo foi facilitado por não ter havido resgate do fundo durante os 16 meses.

No site da CVM, é possível confirmar o desempenho das aplicações. A Postalis confirmou o fraco desempenho. O investimento em renda fixa apresentou rentabilidade de 0,01%, e em ações, 7,64 pontos percentuais negativos. Soma-se a esses valores, o pagamento de uma taxa anual de 2% do Postalis aos prestadores de serviço, no caso, o BNY Mellon e a DTW. Pode-se concluir que o Postalis pagou ainda cerca de R\$ 800 mil, em 2013, pela administração do fundo. De acordo com o Postalis, o BNY Mellon dá ao gestor “a liberdade de escolha para investimentos, desde que estejam de acordo com as políticas de investimentos dos planos e a legislação em vigor”. Já o BNY alegou sigilo das operações. Caneca negou prejuízo nas aplicações.

Rombo como consequência por má gestão

Gestões de eficiência duvidosa do Postalis durante os mandatos dos ex-diretores financeiros Adilson Florêncio da Costa e Ricardo Oliveira Azevedo podem ter contribuído para que um déficit técnico em um dos planos de previdência da fundação alcançasse cifras bilionárias desde 2009 — o que levou a entidade a aumentar a contribuição dos funcionários e causar uma queda de braço entre os sindicatos dos trabalhadores, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e o Tesouro Nacional sobre quem deve pagar a dívida. Em 2008, os Correios decidiram encerrar as atividades do plano de Benefício Definido (BD) e transformar a expectativa de direitos dos participantes em números, totalizando valor projetado para aporte de R\$ 700 milhões, para equilibrar as contas do BD, algo assumido pela patrocinadora. Porém, um ano depois se constatou que o valor necessário para efetivar o saldamento (interrupção de pagamento das contribuições) do BD mais que dobrou, indo a R\$ 1,5 bilhão.

Somado a esse valor, há ainda um déficit de R\$ 935 milhões provenientes, em sua maioria da área de investimento do Postalis, identificado no balanço do ano passado e que onera ainda mais o Plano BD — levando o rombo, caso os Correios não aceitem saldar a dívida, a um valor de cerca de R\$ 2,5 bilhões, ou 35% do patrimônio do plano, estimado em R\$ 7 bilhões. O Conselho Fiscal dos Correios, ligado ao Tesouro, questionou o pagamento, mas concordou em saldar, por enquanto, a cota mensal da dívida.

— Dentro da empresa há um litígio. Enquanto a ECT propõe dividir esse valor com os funcionários, as entidades dos trabalhadores reagem com indignação, porque o Postalis, com aval da patrocinadora, no caso os Correios, fizeram o saldamento obrigatório sem nos consultar e prometeram assumir a dívida — diz Rogério Ubine, ex-conselheiro do Postalis e atual membro da Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Anapar) e diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores nos Correios (Fenect).

Segundo Ubine, uma proposta defendida pelo Tesouro para que a ECT não assuma sozinha o prejuízo e dívida, como prevê a lei, com os participantes do BD, está sendo discutida em âmbito administrativo. Para ele, a ECT não reconheceu até hoje essa dívida, que já comprometeu o lucro da empresa. As entidades questionam ainda a rentabilidade de outro plano de pensão, o PostalPrev, cuja participação é de apenas dos funcionários da ativa. De acordo com o presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadores dos Correios (Finect), José Aparecido Gimenes Gandara, o rendimento em 2013 foi negativo em 0,52%, quando sua meta era de 12,5%. Os sindicatos denunciam ainda que, mesmo com rentabilidade negativa, o Postalis pagou prêmio ao gestor que administra o investimento.

FONTE: O GLOBO

Dessa forma, diante da relevância do caso e da competência institucional do Congresso Nacional, bem como a competência do parlamentar na fiscalização de todos os atos do Executivo, solicito o envio do referido requerimento de informação ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, para que possa responder as informações ora pleiteadas.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 2014.

Deputado Domingos Sávio
Líder da Minoria da Câmara dos Deputados
PSDB-MG